

EDITORIAL

<http://dx.doi.org/10.18222/eaee.v27i65.4178>

A preocupação com a melhoria da qualidade da educação vem sendo, nas últimas décadas, fortemente associada aos processos avaliativos, e isso se deve em grande parte à crescente importância das avaliações de sistema no cenário educacional.

Ao lado das políticas de responsabilização associadas à mensuração dos resultados de aprendizagem dos alunos, a avaliação institucional ora tem figurado como contraponto à ênfase classificatória das avaliações externas de caráter somativo, ora como parte de uma abordagem mais complexa. Esta considera ou envolve as avaliações de sistema, mas toma a avaliação da escola como um processo interno que visa a favorecer o desenvolvimento profissional dos atores escolares na perspectiva do seu empoderamento em relação ao que fazer para lograr os avanços pretendidos na qualidade da educação.

Largamente empregada na educação superior no Brasil, a avaliação institucional tem-se disseminado mais timidamente na educação básica, na sua acepção de autoavaliação.

A seção “Temas em Destaque” do número 65 da revista *Estudos em Avaliação Educacional* reúne textos de autores brasileiros e da Península Ibérica, focalizando predominantemente a avaliação institucional na escola básica, justamente por ser ela menos explorada na literatura concernente ao país. Contudo, estende também o olhar à avaliação institucional dos cursos de formação inicial de professores dessa etapa da escolaridade, como no caso de Portugal (Fátima Sousa-Pereira e Carlinda Leite).

Rediscute, com Antonio Bolívar, da Universidade de Granada, a imbricação, do ponto de vista conceitual, da avaliação institucional com as políticas de *accountability*, propondo uma revisão dessas últimas com vistas a direcioná-las ao processo de construção de capacidades na escola que promovam

a sua melhoria, assegurando as aprendizagens imprescindíveis a todos.

Os textos sobre as experiências brasileiras fazem, com diferentes graus de abrangência, uma descrição sucinta e um balanço das suas possibilidades e limites, bem como discutem os desafios por elas suscitados. Esse é o caso dos artigos de Elba Siqueira de Sá Barretto e Gláucia T. Franco Novaes, de Cleide Oliveira e de Adilson Dalben. Barretto e Novaes oferecem um panorama mais amplo das diferentes iniciativas no país, dos referenciais teórico-metodológicos adotados, dos processos de implantação que utilizam e dão pistas para aprofundar a discussão dos resultados que apresentam e dos questionamentos que suscitam, como o da participação das famílias no processo.

Propósito assemelhado têm os estudos de Oliveira e de Dalben. O primeiro deles limita-se a uma experiência restrita. O de Dalben apresenta a concepção de avaliação institucional participativa, tal como desenvolvida pelo modelo proposto pelo Laboratório de Observação e Estudos Descritivos (Loed) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e discute os movimentos de sua implantação em três iniciativas. Duas nessa cidade, sendo uma delas a que veio a se constituir como política educacional da rede municipal de Campinas, e outra, fora do Brasil, qual seja, a que fez parte da reforma do Sistema de Inspeção Educativa de Angola.

Resta mencionar a contribuição de Sandra Zákia Souza e Cláudia Oliveira Pimenta à esta seção. Seu objeto de estudo é a caracterização de propostas de avaliação e credenciamento de instituições de educação infantil formuladas no exterior, quanto aos seus propósitos e formas de operacionalização. Reúnem também resultados de pesquisas brasileiras que têm utilizado instrumentos construídos em outros países para aquilatar a qualidade da educação das crianças pequenas presente nas nossas instituições. O estudo evidencia que as dimensões e propósitos dessas abordagens contemplam, com variações, aquelas que vêm sendo privilegiadas nas avaliações institucionais empregadas no Brasil, e amplia os referenciais de análise na perspectiva de subsidiar a formulação de políticas do gênero nessa etapa da educação.

Na seção "Entrevista", Mara Regina Lemes De Sordi, coordenadora no Loed do trabalho desenvolvido com a Secretaria da Educação do município que visa à implantação da política de avaliação institucional participativa nas suas escolas, também foi ouvida. Ela teve, na ocasião, oportunidade de refletir mais detidamente sobre aquela que representa a mais duradoura experiência do gênero de que se tem registro no país.

Finalmente, são também publicados na seção "Outros Temas" três artigos. O primeiro, de autoria de Michael Young e Johan Muller, apresenta três cenários para o futuro da educação, tendo como objeto principal a discussão sobre as relações entre currículo e conhecimento, com ênfase na reflexão sobre a natureza do conhecimento a ser ensinado nas escolas. Os autores caracterizam três possíveis cenários para a educação nos próximos anos, com base na análise de atuais tendências em políticas educacionais voltadas às escolas e aos currículos escolares. Ao retomar as origens da sociologia do conhecimento no pensamento de Durkheim, os autores reavivam a tradição social realista da corrente sociológica, a partir da qual traçam um cenário que consideram preferencial como marco para a proposição de políticas educacionais para o futuro.

Já o outro artigo, de Heike Schmitz e Maria Celeste Reis Fernandes de Souza, discute questões importantes sobre o papel das avaliações externas de larga escala no que tange à verificação da qualidade oferecida em estabelecimentos de ensino de tempo integral. Encerrando esta seção, o artigo de Elaine Pasqualini e Sandra Regina Gimenez-Paschoal tem como foco central a avaliação de um *software* educativo para universitários que aborda a temática da prevenção de acidentes de trânsito.

Desejamos a todos uma boa leitura.

Comitê editorial